

## “À SUA IMAGEM E SEMELHANÇA”: ARTURO ESCOBAR E A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO

## “TO HIS IMAGE AND LIKENESS”: ARTURO ESCOBAR AND THE CRITIQUE OF DEVELOPMENT

Leandra Holz<sup>1</sup>

Recebido em 16/09/2021; revisado e aprovado em 23/06/2022; aceito em 27/06/2022

---

**Resumo:** Este trabalho pretende problematizar o conceito de desenvolvimento pensado de cima para baixo, como um modelo pronto de intervenção elaborado para “o outro”, a partir do levantamento teórico da perspectiva crítica de Arturo Escobar, bem como elencar as possibilidades alternativas sugeridas pelo autor, qual seja, a de valorizar a cultura do “lugar”, os conhecimentos e saberes locais, e as formas de organização das relações sociais ali existentes.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Pós-desenvolvimento. Subdesenvolvidos. Alternativas locais.

**Abstract:** This work intends to problematize the concept of top-down development, as a ready-made model of intervention elaborated for “the other”, from the theoretical survey of Arturo Escobar's critical perspective, as well as listing the alternative possibilities suggested by the author, which that is, that of valuing the culture of the “place”, local knowledge and knowledge, and the forms of organization of social relations that exist there.

**Keywords:** Development. Post-development. Underdeveloped. Local alternatives.

### Introdução

O desenvolvimento em si é um tema bastante amplo. São inúmeras as teorias que buscam propor diferentes formas de desenvolvimento. A própria palavra ganhou um sentido tão favorável que tornou-se quase indiscutível o desejo de desenvolver-se.

---

<sup>1</sup> Graduada em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH / UFRGS. Caixa Postal 15055. Bairro Agronomia. Porto Alegre - RS. CEP 91501-970. Tel.: (55)51 3308-8220. E-mail: [Leandraholz81@gmail.com](mailto:Leandraholz81@gmail.com).

---

Nesse sentido, o presente trabalho pretende problematizar o conceito de desenvolvimento a partir de um levantamento teórico da perspectiva crítica de alguns trabalhos de Arturo Escobar (2005a, 2005b, 2007). Tomamos como premissa, a partir desse autor, a ideia de que o desenvolvimento é, na maioria das vezes, pensado “para o outro” com a aplicação de modelos advindos, principalmente, de países do Ocidente em comum acordo com os Estados Unidos da América.

Essa corrida para fazer dos países do sul “à sua imagem e semelhança” inicia, para Escobar, no Pós-Segunda Guerra Mundial, quando começaram a surgir organizações internacionais especializadas em “promover” o desenvolvimento para outros países. É quando são criadas classificações e *rankings* que definem e dividem os países, considerando principalmente o chamado “grau de modernização” destes. De um lado (ou “acima” dos demais) estão os “desenvolvidos” ou “Primeiro Mundo” representados pelos Estados Unidos e a Europa ocidental, enquanto de outro, estão o restante dos países, principalmente países da América Latina, África e Ásia, chamados de “subdesenvolvidos” ou “Terceiro Mundo”.

Frente a tantas teorias elaboradas “de uns para outros”, esse trabalho tem por objetivo problematizar tais concepções de desenvolvimento e elencar as possibilidades alternativas, seguindo a linha proposta por Escobar, qual seja, a de valorizar a cultura do “lugar”, os conhecimentos e saberes locais, bem como as formas de organização das relações sociais ali existentes. Para isso, iniciamos trazendo brevemente algumas interpretações sobre o desenvolvimento que ganharam destaque ao longo dos anos para após, resgatar as principais críticas de Escobar que considera o desenvolvimento como um “discurso”, finalizando com a indagação: se rejeitamos as teorias de desenvolvimento, qual a saída para tal impasse?

### **Algumas teorias do desenvolvimento**

Podemos identificar, ao longo das décadas, muitas abordagens que tratam sobre o que é ou o que deveria ser aquilo que chamamos de “desenvolvimento”. Sob diferentes perspectivas e argumentos, muitos teóricos formulam teorias que se tornam quase como um “ideal” de como deve se dar o desenvolvimento, teorias essas que vão sendo alteradas, acrescentadas e reformuladas com o passar dos anos.

Uma perspectiva que se manteve por muito tempo foi a de tratar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Nessa vertente estão as teorias rostowianas, por

exemplo, que encaixam as sociedades dentro de etapas que são evolutivas (ROSTOW, 1978). Essa abordagem também ficou conhecida por ser contrária à vertente teórica marxista.

São cinco as etapas ditas por Rostow (1978) pelas quais todos os países deveriam passar para que então, alcançassem o almejado desenvolvimento. São elas: na primeira etapa a sociedade ainda é “tradicional” por ser marcada pela limitação da produtividade e ausência de potencialidades técnicas e modernas; na segunda já se iniciam “as condições para o arranco” onde o avanço da ciência moderna começa a crescer e modificar o meio; na terceira, é “o arranco” de fato, quando já se superou os empecilhos da primeira e da segunda fase, e a modernização impulsionou uma evolução tecnológica da indústria e da agricultura, aumentando a produtividade e acumulando capital; na quarta fase, é a “marcha para a maturidade”, na qual a economia se expande e traz consigo mais industrialização e mais tecnologias modernas; e, por fim, a quinta fase, “a era do consumo em massa”, que, com o aumento da produção, especialização e renda das pessoas, começa a dedicar-se a produção de artigos de consumo duráveis e serviços em massa (ROSTOW, 1978).

Nesta mesma linha, encontramos Robert Solow que também incorpora o viés de crescimento econômico somado à ideia de progresso (SOLOW, 1988). O autor propôs substituir a constante relação capital-produto (e trabalho-produto) por uma representação mais rica e realista da tecnologia. Em outras palavras, para Solow (1988), um dos fatores preponderantes para o crescimento da economia de uma nação, além da razão capital-trabalho, é o investimento em tecnologia e inovação.

Apesar de algumas diferenças, ambos os autores acreditam na modernização e no progresso técnico como fator de desenvolvimento das sociedades. E essa ideia embora tenha recebido muitas críticas, foi um modelo que predominou nos países ditos “desenvolvidos” que não demoraram a exportar a “receita” para os chamados “subdesenvolvidos”.

Com isso, a corrida pelo desenvolvimento se intensificou, mais precisamente após o término da Segunda Guerra Mundial, quando os países se empenharam em promover e acelerar o crescimento econômico. Dentre as alternativas, a industrialização despontava como o caminho a ser perseguido e toda nação que não a adotasse para promover o desenvolvimento, era vista como uma sociedade “atrasada”. A agricultura, por exemplo, precisava ser altamente técnica, com equipamentos modernos e insumos nunca antes utilizados, a fim de aumentar a produção em escala e, com isso, a produtividade. Já neste período são criadas as rotulações que dividem os países em “Primeiro e Terceiro Mundo”. Enfim, podemos dizer que essas são teorias de sociedades capitalistas e sua “receita” de

---

desenvolvimento, na qual através de “cálculos” chega-se ao que seria, para autores dessa vertente, o “ideal”.

Por outro lado, temos teorias marxistas que questionam a ideia de que só o crescimento econômico por si só, não promove o desenvolvimento. Nesta vertente marxista, questiona-se quem está acessando os benefícios do desenvolvimento. Uma teoria que pode ser citada neste mesmo contexto das teorias da modernização, é o “subdesenvolvimento” discutido por Celso Furtado. Este autor defende que o subdesenvolvimento deve ter uma teoria própria que não aquela dos países “desenvolvidos”, porque, segundo o autor, há uma desigualdade muito grande entre esses países, uma dependência que precisa ser superada. A questão central é fazer com que os “países subdesenvolvidos” tenham seus próprios programas de industrialização e apostem na diversificação, e não sejam dependentes de modelos importados de “países centrais” (FURTADO, 2013).

O fato é que os resultados do desenvolvimento não eram igualmente distribuídos entre sociedades e indivíduos, e a modernização chegava de maneiras diferentes para cada um (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016). Diante das desigualdades geradas, era preciso um olhar mais atento para cada pessoa e suas capacidades, debate que deu forma às teorias do indiano Amartya Sen.

Para Sen (2000) analisar somente os indicadores econômicos para medir o desenvolvimento é um grande equívoco. Seria preciso olhar para a qualidade de vida das pessoas e da liberdade que possuem. Toda e qualquer forma de privação das liberdades humanas afeta a qualidade de vida das pessoas, seja pela negação de direitos civis básicos ou até mesmo pela impossibilidade de participação nas decisões públicas. De todo modo, Sen pensava o desenvolvimento como liberdade, isso significa que é necessário expandir a liberdade das pessoas, tanto dos processos como das oportunidades. Essa liberdade levaria ao aumento das capacidades humanas para realizar o que consideram digno de ser feito e vivido, ampliando as oportunidades de conquistas e também o potencial individual de modificar o meio.

Dessa forma, pensar o desenvolvimento é garantir a liberdade das pessoas que sem privação e com a expansão de suas capacidades, possam enfim promover mudança e desfrutar de qualidade de vida e bem-estar econômico e social. Segundo Niederle e Radomsky (2016) dentre muitas inovações do pensamento seniano, uma delas é pensar os fins do desenvolvimento e não somente os meios de chegar a ele.

---

De forma bastante breve, essas são algumas ideias presentes no rol das teorias sobre o desenvolvimento. Seja do ponto de vista do progresso econômico ou de uma visão mais humanista, o fato é que a todo momento surgem novas reformulações sobre o que deveria ser o desenvolvimento. Como coloca Radomsky (2011, p. 150) trata-se de uma “[...] arquitetura que reveste de tempos em tempos o desenvolvimento com novos adjetivos e que se propõe a revitalizar sua importância [...]”.

Ainda assim, poucas são as vezes em que o próprio desenvolvimento é colocado em cheque. Mesmo que os meios mudem e que os fins sejam reavaliados, desenvolver-se ainda aparece como necessário e desejável. Estamos sempre lidando com algo pensado para alguém, o que nos faz refletir criticamente sobre o próprio termo.

### **Crítica do desenvolvimento e a abordagem de Arturo Escobar**

Alguns autores, no entanto, tentando entender como chegamos onde estamos e porquê somos o que somos, trarão uma perspectiva diferente para embalar as discussões sobre desenvolvimento. Trata-se de questionar, de modo mais radical, os programas de desenvolvimento, o que não significa reformular um novo desenvolvimento ou novas ideias desenvolvimentistas, e sim recusar o desenvolvimento, o que deu origem a vertente teórica do “pós-desenvolvimento”.

Dentro dessa perspectiva, alguns autores inspiram-se nas ideias de Michel Foucault, principalmente para pensar o desenvolvimento enquanto um discurso. Foucault foi um filósofo francês que dedicou parte de sua vida para estudar as relações entre saber e poder. Nesse sentido, o poder passa a ser entendido como algo muito mais amplo do que apenas um poder que reprime e está fadado a dizer não. O poder passa a ser algo produtivo, que produz coisas, produz saber, produz discurso. E é esse lado produtivo do poder que faz com que ele “funcione” sobre as pessoas (FOUCAULT, 2014; 2017).

O poder funciona através de dispositivos que podem ser desde instituições e leis até práticas e discursos. O fato é que ninguém pode escapar dessa “rede do poder”, ele atravessa toda a sociedade e por isso não está preso nas mãos de alguém que o detém (FOUCAULT, 2017). Mas o que isso tem a ver com o desenvolvimento? É o que vamos descobrir na teoria crítica de Arturo Escobar.

Escobar adota a ideia de “discurso” para apresentar sua crítica ao conceito de desenvolvimento. Segundo o autor, “em nome dele [do desenvolvimento]”, originaram-se

termos classificatórios como “desenvolvido e subdesenvolvido”, “Primeiro e Terceiro Mundo”, todos “produtos discursivos do clima do segundo pós-guerra” (ESCOBAR, 2007). Dito de outra forma, o discurso produzido em torno do desenvolvimento é disseminado por alguns países, fazendo-o “funcionar” como parte de um dispositivo de poder que dita as regras do jogo aos países que ainda não chegaram “lá”.

Dentro deste contexto histórico, temos então os chamados “Primeiro Mundo” ou “desenvolvidos”, referindo-se aos Estados Unidos e a países da Europa. Nesse período também está ocorrendo a consolidação estadunidense e isso o faz ocupar, junto com o Ocidente, um lugar de destaque e de vantagem frente aos “Outros” do “Terceiro Mundo”, termos que “representam” o restante dos países, mais especificamente América Latina, Ásia e África (ESCOBAR, 2007).

O apoio estadunidense foi central para “auxiliar” na reconstrução da Europa arrasada pela guerra através do Plano Marshall. Estes países, por sua vez, tornaram-se fiéis apoiadores dos Estados Unidos. E é a partir de então, que há a disseminação dos ideais desenvolvimentistas para apoiar os países classificados como subdesenvolvidos e, com isso, a criação de instituições para promover o desenvolvimento.

Ocorre então que países do Primeiro Mundo, com atenção especial aos Estados Unidos, precisam “ajudar” outros países a se “desenvolverem”, utilizando para isso, seus próprios exemplos e modelos. O diagnóstico é este: aos subdesenvolvidos “falta” algo e os escalados a prover essa falta, ajudando-os com suas receitas, são aqueles que já alcançaram a etapa mais alta, os “desenvolvidos do Norte”.

Os países do Terceiro Mundo precisariam então, de um financiamento dos países do Primeiro Mundo para conseguirem “modernizar-se” e superar essa “fase” de subdesenvolvimento. Segundo Escobar (2007, p. 79) “[...] esses países eram vistos como presos em um ‘ciclo vicioso’ de pobreza e falta de capital [...]”, de modo que grande parte do capital “tão esperado” teria que vir do exterior.

Dados os primeiros passos, o discurso começa a funcionar. O Terceiro Mundo é “produzido” como “incapaz” de se desenvolver ou como “pobres” e “atrasados” que precisam se desenvolver e se modernizar. E os chamados Primeiro Mundo, reproduzem esse discurso a fim de garantir vantagens (ESCOBAR, 2007).

Escobar acredita que esta seja uma das “jogadas” que permite a criação de um conjunto de regras que determinará os conceitos, teorias e discursos, e também estipulará quem pode proferi-los. Trata-se de um “sistema de relações recíprocas”:

---

Essas relações - estabelecidas entre instituições, processos socioeconômicos, formas de conhecimento, fatores tecnológicos etc. - definem as condições em que objetos, conceitos, teorias e estratégias podem ser incorporados ao discurso. Em outras palavras, o sistema de relações estabelece uma prática discursiva que determina as regras do jogo: quem pode falar, de quais pontos de vista, com que autoridade e de acordo com quais qualificações; define as regras a serem seguidas para o surgimento, nomeação, análise e eventual transformação de qualquer problema, teoria ou objeto em um plano ou política (ESCOBAR, 2007, p. 80).

Se o discurso determina a “regra [as peças e os jogadores] do jogo” e se estamos numa situação de poder, na qual alguns têm o discurso de verdade, e a tecnologia de poder - dinheiro, banco, instituições de controle, mídia, etc. – que define o que o outro é e define também o que deve ser feito, como deve ser feito, e de que modo deve acabar, então temos, segundo Escobar (2007) “novos princípios de autoridade” que fazem os países classificados como subdesenvolvidos estarem sujeitos à intervenção de programas de desenvolvimento, que, evidentemente, não estão preocupados em olhar para as pessoas, suas culturas, seus modos de vida, suas formas de organização política, seus sistemas de valores (os quais são considerados, justamente, os responsáveis pelo subdesenvolvimento).

Dessa forma, o desenvolvimento era e continua sendo para Escobar (2007, p. 85), “[...] uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática [...]” que olha as pessoas como meros números e que preocupa-se primeiramente em fazer “progresso”, sem saber os aspectos culturais em que influi.

Todavia, o discurso se materializa com o apoio de dois “mecanismos” principais (ESCOBAR, 2005a): um deles é a “profissionalização” na qual alguns conhecimentos são elevados como “verdade” e dão origem aos especialistas que analisam e mostram os problemas dos países subdesenvolvidos, julgando e propondo programas de intervenção (ESCOBAR, 2007); o outro é a “institucionalização” do desenvolvimento, a criação de instituições voltadas para o fim almejado de “desenvolver” nações, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial (ESCOBAR, 2005 a; 2007). Tudo isso forma o que Escobar chamou de uma “rede de poder”:

Desde meados da década de 1940 e com a criação dos organismos internacionais, o processo não parou de se expandir, para consolidar uma rede efetiva de poder. É por meio da atuação dessa rede que pessoas e comunidades se vinculam a ciclos específicos de produção econômica e cultural, e é por meio dela que determinados comportamentos e racionalidades são promovidos (ESCOBAR, 2007, p, 89).

Conforme o autor, é desse modo que o Primeiro Mundo tentaria controlar e “ajustar” o Terceiro aos seus moldes e vontades. Assim, primeiro os chamados desenvolvidos criaram rótulos e ranquearam os países que não se encontravam em seu mesmo “nível” (América Latina, Ásia e África – vocês são subdesenvolvidos!). Depois, trataram de diagnosticar o que estava “faltando” nesses países para que pudessem “superar” esta “terrível fase”. E por fim, se colocaram na posição de “ajudantes” ou “reformadores”, que iriam intervir na realidade dessas populações, tentando “universalizar” o seu modo de viver.

Isso só é possível, segundo Escobar, pela “homogeneização discursiva” que funciona e exerce poder sobre o Terceiro Mundo (ESCOBAR, 2007), fazendo deles atrasados e sedentos por desenvolvimento. É assim que o desenvolvimento pensado para o outro passa por cima de todas as particularidades dos povos e suas culturas, instituindo novas formas de colonização e dependência.

### **Pensando alternativas ‘ao’ desenvolvimento**

Dentre tantas abordagens sobre desenvolvimento, desde aquelas que o consideram sinônimo de crescimento econômico e modernização até aquelas mais atentas à promoção das liberdades e capacidades humanas, tentamos mostrar uma outra possibilidade de discussão, que questiona o desenvolvimento em si.

A abordagem de Arturo Escobar traz uma forte crítica dentre os teóricos do pós-desenvolvimento, rejeitando todo e qualquer modelo externo que de alguma forma implicaria uma relação de poder de “cima para baixo”. Porque esses modelos normalmente ignoram os saberes locais, submetendo-os sob a ideia de “modernização”, e planejam sua “política de intervenção” sem consultar as comunidades se elas desejam aquilo ou não. Ou então, com a disseminação do discurso de que ser desenvolvido é algo “bom”, comunidades aceitam sem nem saber como se dará o processo.



---

Diante disso, ficamos a nos perguntar quais as possíveis saídas para o impasse do desenvolvimento, já que estamos rejeitando, a partir das críticas de Escobar, modelos de ajuste pensados de alguns para outros, intervindo e ditando os próximos passos para alcançar o mais alto título (desenvolvido, Primeiro Mundo, etc.). Podemos nós mesmos, tão diferentes dos modelos de “países desenvolvidos”, “ocidentais”, pensar novas possibilidades e alternativas para o futuro sem esses modelos que nos forjaram ao longo dos anos?

As alternativas, no entanto, há muito estão sendo propostas. Movimentos sociais dos países do chamado “Terceiro Mundo” têm lutado para defender os conhecimentos locais, sob a ideia de que todas as alternativas de desenvolvimento praticam alguma intervenção “negativa” nessas realidades, e propõem pensar alternativas ao desenvolvimento. Porém, essa desconstrução do desenvolvimento será algo lento, pois trata-se de “[...] inaugurar uma descontinuidade com respeito à prática discursiva dos últimos 40 anos [...]” (ESCOBAR, 2007, p. 364).

O autor sugere que o ponto de partida seja uma “reinterpretação crítica da modernidade latinoamericana”, apostando no que chamou de “hibridização cultural”. Segundo Escobar (2007, p. 366):

A hipótese que se coloca não é mais a de processos geradores de modernidade que operam substituindo o tradicional pelo moderno, mas a de uma modernidade híbrida caracterizada por contínuas tentativas de renovação, por parte de múltiplos grupos que representam a heterogeneidade cultural de cada setor e de cada país.

Esse processo de hibridização não significa que, entre tradicional e moderno, seja preciso que um se sobressaia ao outro, é um processo de “combinar” e “reinventar” esses dois aspectos. Escobar, citando autores que estudaram casos de êxito com experiências de hibridização, relata o caso dos camponeses do norte do Peru que “combinaram” um pouco do moderno e um pouco do tradicional em suas realidades, num “[...] complexo processo de hibridização cultural que engloba diversas e múltiplas modernidades e tradições” (ESCOBAR, 2007, p. 365). Mas isso não determina “identidades fixas”, e portanto, são necessárias “negociações constantes” e “prática política coletiva” que pense no local e nas pessoas (ESCOBAR, 2007).

---

O que o autor demonstra é que já existe há muito, grupos de resistência que possuem uma “vinculação cultural e ecológica a um território” (ESCOBAR, 2005b), ou seja, seria possível pensar num “pós-desenvolvimento”.

Pós-desenvolvimento, para o autor pressupõe uma ideia de futuro que, ao invés de ser baseado nos modelos externos, estaria apoiado em perspectivas mais antropológicas, baseadas em “etnografias locais” que poderiam contribuir para a desconstrução do modelo de desenvolvimento há anos tentando ser realizado, e ainda “[...] podem ser elementos-chave para um novo tipo de visibilidade e audibilidade das formas de diferença e hibridização cultural [...]” (ESCOBAR, 2007, p. 373).

Dentro dessa perspectiva devem ser evitados modelos e teorias fixas, bem como métodos prontos. Não há um único jeito de fazer essa “desconstrução” do modelo tradicional de desenvolvimento, nem mesmo há uma única maneira de atingir novas teorias e novas visões de futuro. E ainda, evidentemente, essa valorização do “lugar” considera sempre que o que se deveria construir não é tido como “universal” e “replicável” a outras realidades. Isso deve ser realizado pelos atores locais, pelas suas próprias práticas e movimentos. Assim, poderiam surgir outras formas de conduzir os processos, outras formas de construção da economia, por exemplo, apostando nos saberes e experiências dos grupos locais. Além disso, o aspecto político tem um grande potencial “[...] para resistir e subverter os axiomas do capitalismo e da modernidade em sua forma hegemônica” (ESCOBAR, 2007, 376).

Em resumo, temos a crítica e uma possibilidade de pensar alternativas ao nível local. Isso rompe com os discursos advindos da globalização e do ideal de modernização, que de alguma forma “igualam” espaço e lugar, fazendo com que o “eurocentrismo” produza as teorias sociais. O primeiro passo é a reafirmação do lugar com novas formas de lidar com a vida que não aquelas ditadas pelo ritmo do capital.

É o local que guarda a língua, as identidades, as histórias e o aspecto cultural de determinadas pessoas. Passar por cima disso em prol do que alguém de fora julga ser “bom” para o “outro” não condiz com a perspectiva do pós-desenvolvimento. Desenvolvimento é algo muito relativo para cada lugar e seu contexto, e por existir esta grande diversidade do lugar, não podemos transplantar modelos e tentar enquadrar pessoas e suas histórias nesse “jogo”.

No entanto, também é necessário que não caiamos na ingenuidade e no romantismo exacerbado. O conhecimento local não irá resolver todos os problemas do mundo, assim

---

como o lugar também pode esconder suas formas de opressão, dadas as relações de poder existentes pelo mundo afora (ESCOBAR, 2005b, p. 77).

É um caminho difícil que envolve o engajamento dos atores locais. É mais fácil reformar do que construir algo novo. Mas certamente, como nos aponta Escobar (2005b, p.79) “[...] É no espírito do pós-desenvolvimento que podemos repensar a sustentabilidade e a conservação como aspectos-chave da política de lugar” e é na defesa do local como ato político que podemos pensar na desconstrução do “desenvolvimento” sob uma outra perspectiva que valoriza práticas baseadas no lugar.

### **Considerações Finais**

Este trabalho foi realizado com o objetivo de problematizar o conceito de desenvolvimento a partir de um levantamento teórico das principais críticas, possibilidades e alternativas da teoria de Arturo Escobar que considera o desenvolvimento como um “discurso” disseminado pelos países ditos “desenvolvidos”. Estes, tentam universalizar o seu modo de viver para os países que ainda não alcançaram a almejada marca do desenvolvimento, transplantando modelos e receitas a fim de reproduzi-los à sua imagem e semelhança.

Podemos afirmar que o discurso “do desenvolvimento” como algo pronto a ser copiado, tem “funcionado” como parte de um “dispositivo de poder”, tal como é discutido por Michel Foucault (2017). E como analisa Escobar, esses discursos, juntamente com instituições, tecnologias, etc., são utilizados para intervir nas realidades de muitas pessoas, construindo “verdades” sobre países da América Latina, Ásia e África, que os “produzem” em uma relação de poder com os Estados Unidos e alguns países da Europa.

Além de contemplar uma visão crítica do desenvolvimento, essa abordagem nos permite pensar alternativas a esse modelo, seguindo possibilidades levantadas também por Escobar. O autor propõe pensar novas construções a partir do local e do lugar, realizadas junto às pessoas que vivem no contexto a ser pensado, considerando suas realidades, histórias e valores, “hibridizando” as alternativas, como aconteceu na experiência do norte do Peru.

É preciso que fique claro que não é uma tarefa simples, pelo contrário, é bastante complexa. Ao olhar para o local, podem ser percebidas situações contraditórias pois são valores, ideais e histórias muito diversas. Pensar propostas para uma possível reconstrução

não é nada simples, mas é uma boa alternativa, considerando que até agora importações de modelos e cálculos prontos e replicáveis tiveram resultados que parecem ter mais prejuízos do ponto de vista da diversidade social, da biodiversidade, do que vantagens.

Diante disso, essa breve pesquisa deixa a seguinte questão para futuros estudos que abordem a perspectiva do pós-desenvolvimento: Como é possível pensar numa ação política que dê conta de tantas diversidades?

## Referências

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y practica social. *In*: MATO, Daniel (coord.) **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Economicas y Sociales, Universidade Central de Venezuela, 2005a. p. 17-31.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**: Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007. p. 7-100 e 355-379.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005b. p. 63-79.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FURTADO, Celso. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. *In*: D’AGUIAR, Rosa Freire (org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013, p. 113-140.

NIEDERLE, Paulo; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de modernidades alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n.75, p. 149-162, 2011.

ROSTOW, Walt Whitman. As cinco etapas do desenvolvimento – um sumário. *In*: ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978. p. 16-30.

SEN, Amartya. A perspectiva da liberdade. *In*: SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 27-50.

---

SOLOW, Robert Merton. Growth theory and after. **The American Economic Review**, v. 78, n. 3, p. 307-317, jun. 1988.